

Visões do apocalipse anglo-saxão na “*Destruição Britânica em Elegia*” (c. 540-546), de São Gildas

Prof. Dr. Ricardo da Costa e Bruno Oliveira (graduando)
Departamento de História/ UFES
riccosta@npd.ufes.br

Resumo

Este artigo analisa a obra *Destruição Britânica em Elegia* do monge bretão Gildas, escrita por volta dos anos 540 d.C. Destacamos as passagens nas quais o autor exorta os chefes bretões por suas fraquezas e sua incapacidade de governar devido aos seus vícios. Para Gildas estes chefes seriam tiranos e os principais responsáveis pela derrota bretã face às invasões. Além disso, destacamos a crítica mordaz e eloquente de Gildas aos sacerdotes de seu tempo, uma crítica provavelmente influenciada pelo rígido monaquismo irlandês.

Para complementar a pesquisa histórica baseamo-nos também em uma obra de Tácito (*Vida de Júlio Agrícola*), Beda (*História Eclesiástica das Gentes dos Anglos*), Nennius (*História dos Bretões*) e a *Crônica Anglo-saxã*, escrita no tempo do rei Alfredo, o Grande.

O artigo foi dividido em seis partes: características comuns dos reinos germânicos, a invasão da Bretanha - com uma breve descrição das migrações germânicas e a instalação de anglos, saxões e Jutos, as novas estruturas sociais - especialmente a mudança da Sippe, a cristianização da Inglaterra - com o retorno do paganismo e o trabalho de conversão de Agostinho, e uma breve descrição biográfica de Gildas.

Palavras-Chave: Gildas, Migrações germânicas, Monaquismo Irlandês

Abstract

This article analyses the work *British Destruction* of the British monk Gildas, written in the 540 years AD. We brought out the passages that the author advises the British chiefs to supplant their weaknesses and their governmental incapacities due to their vices. To Gildas this chiefs were tyrants and the main responsible for the British defeat from the invasions. We also brought out the critics that Gildas made of the clerics of his time, probably influenced by the Irish monkship.

To complete the historical research we took one work of Tacito (*Life of Julio Agricola*), Beda (*Historical Works*), Nennius (*History of Britons*) and *The Anglo Saxon Chronicle*, written in the time of the king Alfred, the Great.

The article is divided in six parts: the common characteristics of the German kingdoms, the invasion of the Britain – with a brief description of the Germanic migrations and the settlement of the Angles, Saxons and Juts, the new social structures – specially the changing of the Sippe, the Christianisation of England – with the return of the paganism and the works of conversion of Augustine, and a brief biography of Gildas.

Keywords: Gildas, Germanic migrations, Irish monkship

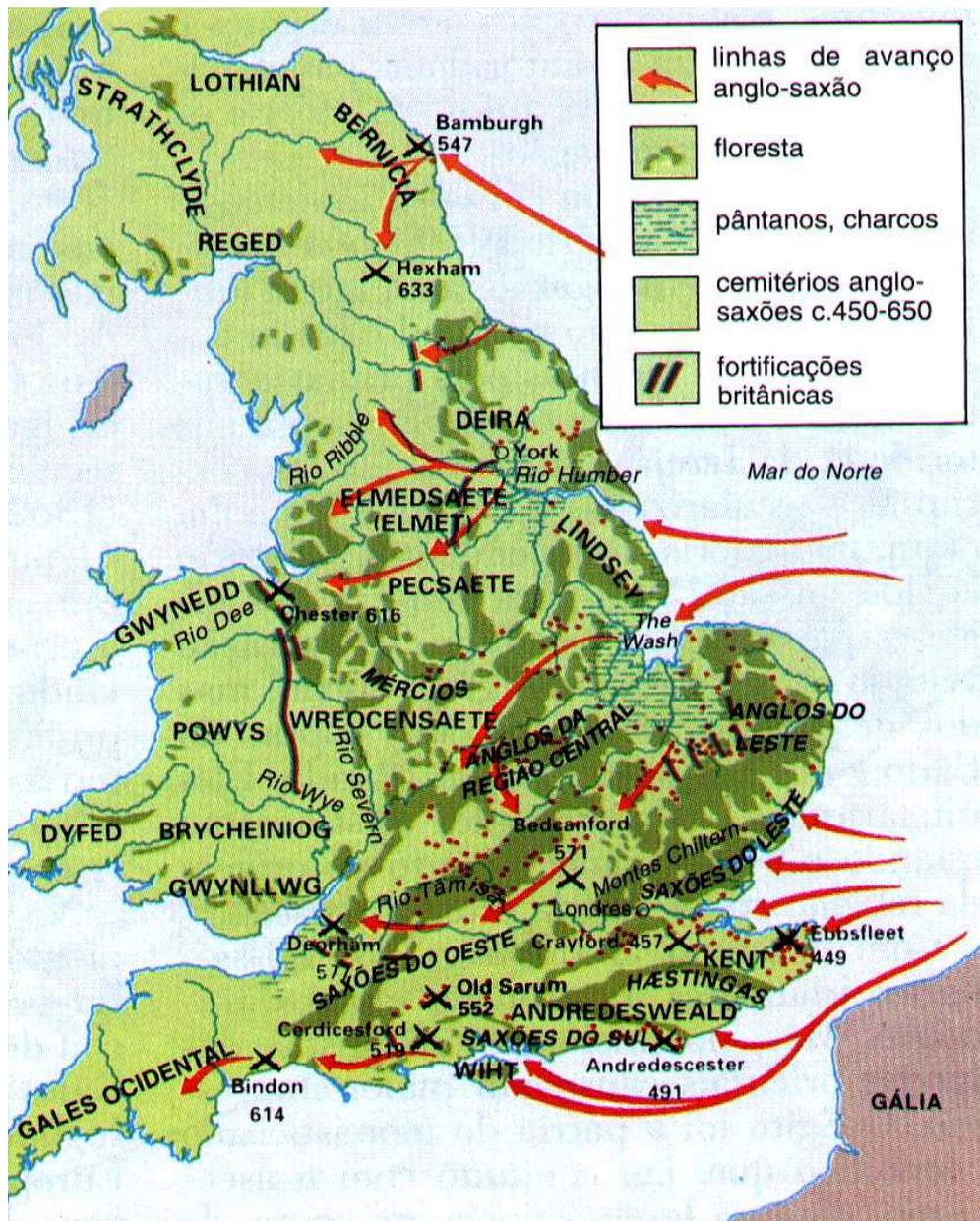


Figura 1 Invasões anglo-saxônicas dos séculos V-VI

Bandos de guerreiros e colonizadores encontraram resistência ferrenha à medida que subiam para os estuários dos rios Humber (no mapa próximo de York, no Nordeste), Wash (no centro) e Tâmissa (sul). Quase dois séculos se passaram antes que pudessem controlar o Reino Unido. In: BARRACLOUGH, Geoffrey (ed.). *Atlas da História do Mundo*. SP: Folha de S. Paulo, 1992, p. 99.

Por volta de 540 um angustiado e obstinado monge bretão de nome Gildas decidiu relatar os trágicos acontecimentos ocorridos alguns anos antes em sua ilha. A invasão de anglos e saxões havia praticamente destruído o pouco que restara da dominação romana naquela que se chamaria mais tarde Inglaterra. Seu opúsculo, *A Destruição Britânica em Elegia*, escrito na primeira metade do século VI, tornar-se-ia o único registro desse conturbado século naquela região.

Este artigo analisará esta importante obra de Gildas, especialmente as passagens onde o autor exorta os chefes bretões por suas fraquezas, para ele, responsáveis pela destruição dos bretões. Um outro problema na análise da obra de Gildas é que os reis bretões são em sua maioria, lendários, traço que foi mantido em obras posteriores, como a de Nennius no século IX (*História dos Bretões*). Porém para reconstituirmos a história da Inglaterra na Alta Idade Média é necessário enfrentar este desafio e tecê-la com o que nos contam as fontes da época, mantendo sempre o espírito crítico.

Dividimos o trabalho em duas partes. Inicialmente, tratamos dos aspectos sócio-culturais comuns a todos os povos germânicos que migraram nos séculos V-VI, dando ênfase especialmente à sua organização social. A seguir, tratamos da invasão da Bretanha, dissertando brevemente a respeito da dominação romana e a visão que os romanos tinham dos povos nativos, utilizando a obra de Tácito *Vida de Júlio Agrícola* como base documental. Ainda comentamos as diferentes formas de invasão realizadas pelas tribos bárbaras, abordando as novas estruturas sociais e a cristianização da Inglaterra no limiar do século VII. Nesta parte, nos valem da *Crônica Anglo-Saxã*, escrita em vernáculo durante o reinado de Alfredo, o Grande (871-899, n. 849), rei de Wessex, além da própria obra de Gildas.

Na segunda parte, fizemos um breve histórico do pouco que se sabe a respeito de Gildas, para, a seguir, tratar de sua obra, destacando os aspectos literários e a estrutura do documento. Analisamos as passagens da *Destruição Britânica em Elegia* onde o autor comenta as fraquezas dos bretões, sua incapacidade de governar, os vícios de seus tiranos, responsáveis por sua derrocada e, por fim, sua crítica aos monges de seu tempo, uma crítica mordaz e eloqüente provavelmente influenciada pelo monaquismo irlandês.

I. Características dos reinos germânicos

Apesar de possuírem características distintas, os reinos germânicos que surgiram no Ocidente a partir da queda do Império Romano desenvolveram-se ao longo da Alta Idade Média tendo como alicerce algumas características comuns.

A primeira delas era o parentesco tribal, instituição antiga e baseada numa tradição linhagística (*maeght, aet, sippe, geschlecht* ou *fara*). Ela oferecia a segurança necessária aos bens e às vidas dos membros da comunidade, além de proporcionar prestígio ao grupo. Tratava-se de uma rede estável de direitos que uniam as famílias de um povo. A teoria clássica da *Sippe* a definiu como um clã, uma organização governada por um conselho de anciãos. No caso anglo-saxônico, os clãs eram claramente familiares, agnáticos — parentesco de consangüinidade por linha masculina — e exogâmicos — matrimônios realizados com membros de outra tribo ou, se da mesma tribo, de clãs diferentes (CUVILLIER, 1997: 30).

A relação entre essas estirpes foi sempre bastante conturbada, pois sabemos que era profundamente marcada por vinganças privadas (*fehde*), uma decorrência das teias de reciprocidade social. Essas rixas marcaram indelevelmente as sociedades medievais européias e sua existência se prolongou por toda a Idade Média. A vingança podia ser realizada se um dos membros da estirpe fosse morto, ferido ou maltratado, e ela poderia ser proporcional ou até maior que o prejuízo sofrido. Ela tornava-se um dever, mais que um direito, pela manutenção da honra tribal. A estirpe que estivesse ressentida poderia prescindir do direito à vingança física mediante o pagamento do *wehrgeld*, espécie de

compensação pecuniária que variava de acordo com a grandeza do ato infligido (PREVITÉ-ORTON, 1967: 193).

As reuniões dos homens livres determinavam as questões ligadas a litígios e as decisões decorrentes, além de fixarem as normas do direito consuetudinário, um outro traço comum a todos os reinos germânicos ocidentais. Tal tradição perdurou mais tarde sob a forma de tribunais locais de justiça.

A instituição do *comitatus* — comitiva composta por um grupo armado (*Gasindi*, *Gefolge*) com o objetivo de proteger, na paz ou na guerra, o rei ou o chefe da tribo — era outra forma de proteção social mútua, pois fixava as solidariedades e a camaradagem do bando. Essa tradição germânica se mesclou com o costume romano do Baixo Império Romano de uma guarda pessoal de homens poderosos (*bucelari*). Ao mesmo tempo em que forneciam uma força bélica, essas comitivas criavam um ambiente de segurança recíproca numa clara relação de interdependência de seus membros. E mais ainda: o *Gefolge* era a própria estrutura do poder, pois tanto a consagração dos chefes como guerreiros quanto os vínculos de solidariedade foram-se fixando lentamente a partir dessa comitiva armada. Mais tarde, o corpo de idéias nascidas desse grupo transferir-se-ia para as instituições feudo-vassálicas, além da própria realeza medieval (MATTOSO, s/d: 346)

Ao estabelecerem-se nas terras do Império, os invasores não tornavam-se meros camponeses. Especialmente godos, burgúndios, vândalos e francos transformaram-se em grandes senhores de novos reinos, fortalecendo seu poder nas terras conquistadas.

O fato de a maior parte dos povos germânicos pertencer ao arianismo foi, decerto, um fator de desagregação com os romanos — o arianismo pregava que o *Logos* (a palavra de Deus que em Jesus se fizera carne) não era o próprio Deus, “mas uma criatura infinitamente superior aos anjos, embora como eles criada do nada antes do começo do mundo (DUFFY, 1998: 22). Essa idéia divulgada pelo bispo Ario (256-336) foi considerada herética no Concílio de Nicéia (325) (FRÖHLICH, 1987: 31). Tal diferença religiosa inibiu durante um certo tempo os casamentos inter-étnicos, além de causar grande desconfiança mútua e inimizades (DUBY, 1974: 21).

Certas práticas do Império tiveram continuidade, mesmo que de forma precária, nos novos reinos germânicos. O sistema e os métodos agrícolas mantiveram suas características gerais, com grandes e pequenas terras; colonos, tanto livres quanto servos, tinham seus direitos e deveres numa economia natural quase fechada, com o declínio do uso do dinheiro e do comércio.



Figura 2. Reconstituição de um elmo anglo-saxão do século VII encontrado em Sutton Hoo (Suffolk). In: *The British Museum*.

<http://www.thebritishmuseum.ac.uk/world/britain/medieval/medieval.html>

Os saxões praticavam uma agricultura sedentária em planícies úmidas, com criação de gado, além de cavalos. Seu artesanato era medíocre, mas chegaram a realizar verdadeiras obras-primas na metalurgia (MUSSET, 1967: 12), como pôde ser visto no enterro real de Sutton Hoo, naquele que foi o reino de East Anglia (em Suffolk): um barco sem vela com um tesouro (moedas, harpa, armas, cornos de beber).

O rei germânico herdou as prerrogativas imperiais, assim como as terras do reino. A administração civil romana sobreviveu, embora de forma simplificada. O direito romano continuou a reger a vida dos “romanos” e, ao longo do tempo, influenciou a elaboração dos códigos bárbaros. A literatura romana foi conservada especialmente pelo clero, embora houvesse literatos laicos na Itália e na Espanha. A Igreja Católica teve um papel significativo na preservação dos elementos da civilização romana e cristã, numa constante luta contra os ideais bárbaros de violência e paixão.



Figura 3. Adorno de um escudo anglo-saxão do século VII encontrado em Sutton Hoo (Suffolk)
In: *The Sutton Hoo Room*: <http://csis.pace.edu/grendel/projs4a/sutton.htm>

II. A invasão da Bretanha

A Inglaterra foi a região menos romanizada da Europa durante a existência do Império Romano. Após a conquista de César (55 a.C.) — que chamou toda a população de *britanni* por achá-los semelhantes a uma tribo gaulesa — e a invasão de Cláudio (43 d.C.), os romanos dividiram a ilha em duas províncias, subdivididas em quatro no século IV (*Camulodunum* [Colchester], *Lindum* [Lincoln], *Eboracum* [York] e *Glevum* [Gloucester]), e treze cidades-estado, todas próximas da fronteira com as tribos celtas. Provavelmente os **bretões** eram um povo proveniente da fusão dos **iberos** — uma cultura megalítica pré-céltica — e os **celtas** (MELEIRO, 1994: 55). Segundo Tácito (n.56/57 d.C.), a aparência destes nativos era

...diferente nos diversos povos (...) as cabeleiras ruivas e a corpulência dos que povoam a Caledônia asseguram que são de origem germânica. A cor do rosto dos siluros, seu pêlo ondulado e sua situação (geográfica) em frente à Hispânia fazem crer que foram os antigos iberos que passaram para ali e ocuparam aquela região.” (TÁCITO, 1946: XI, 979)

Os romanos construíram estradas e cidades na ilha. A aristocracia romana era detentora de grandes propriedades, nas quais fundavam vilas; os imperadores mantinham vastas terras nas Midlands e no posterior reino da Ânglia do leste (NICHOLAS, 1999: 83). Estes latifúndios prosperaram à custa dos pequenos agricultores locais. Parece que muitos deles apoiaram os invasores anglo-saxões contra os proprietários de terras romanos (*Cambridge Ancient History*, 1924: vol. XII, 287). De qualquer modo, uma “cultura romana” floresceu neste período. Muitas casas romanas, construídas com tijolos, dispunham de aquecimento central e várias tinham janelas com vidraças, sempre rodeadas por um vasto jardim. Muitas aldeias foram construídas em volta dessas grandes propriedades (GRIMAL, 1993: 272). Tácito nos conta que Agrícola, governador da Bretanha (78-84 d.C.) e seu sogro, incitaram os habitantes, “homens rudes e dispersos”, a

...levantar templos, praças e casas, instruindo nas artes liberais os filhos das principais famílias, colocando o talento dos bretões à frente dos galos (...) Desde então, começaram a ufanar-se de levar nossos vestidos, fazendo o uso da toga freqüente, e pouco a pouco foram se desviando até o vício, os pórticos, os banhos e a ostentação nos banquetes, chamando os instruídos de cultura, sendo parte da escravidão” (TÁCITO, 1946: XXI, 988-989).

O principal comércio na região era o da tecelagem, exportado para o continente. Assim, poucas legiões romanas bastavam para manter a segurança na ilha (ALCOCK, 1971).

Esse estado de coisas mudaria a partir do final do século II, quando a pirataria céltica aumentou em toda a costa leste, o que obrigou os romanos, em parceria com um conde saxão, a estabelecerem uma linha de fortificações entre a ilha de Wight e a de Wash — desde Diocleciano, o poder na Bretanha foi dividido entre três homens: um governador civil, um *Dux britanniarum* (espécie de comandante-chefe) e um *Comes littoris saxonici*, um conde da costa saxônica que dependia do prefeito das Gálias, e não do governador da Bretanha. Essa organização foi relativamente eficaz no combate às invasões de pictos e escotos durante a primeira metade do século IV.

Somente a partir da segunda metade do século IV o poder romano viu-se seriamente ameaçado. Em 367, **pictos** (da atual Escócia) e **escotos** (Irlanda) — ambos de origem céltica — e piratas **saxões** planejaram um ataque, repellido por tropas gaulesas e bretãs. A pressão fazia-se sentir: Magno Máximo (383-388), comandante do exército e conde da Bretanha, revoltou-se em 383, levando para o continente, para fins pessoais, a maior parte das tropas — foi morto em Aquiléia (FERRIL, 1989: 63-64). Até 410, com o usurpador Constantino (407-411), as legiões praticamente desapareceram da região. A arqueologia nos mostra que a partir de 402 houve uma interrupção da importação de moedas: provavelmente isso significa que as tropas acantonadas na ilha deixaram de receber seu pagamento. Assim, em 408 formou-se uma milícia de cidadãos romano-bretões para resistir às invasões. É possível que os líderes romano-bretões tenham contratado mercenários para auxiliá-los na defesa. De qualquer modo, o que restou do domínio romano foi uma “aristocracia bretã romanizada” (OLIVEIRA, 1988: 79), que enviava regularmente pedidos de auxílio à corte imperial em Ravena. Essas súplicas mostram o grau de desespero dos bretões face às invasões de pictos, escotos e saxões. Gildas descreve com grandes metáforas os pedidos de socorro dos bretões:

Os bretões, impacientes pelos ataques dos escotos e pictos, suas hostilidades e maldosas opressões, mandaram embaixadores a Roma com cartas, suplicando em lamentáveis termos a assistência de um bando armado para protegê-los, e oferecendo lealdade e pronta submissão para as autoridades de Roma se eles apenas pudessem expulsar os invasores (...).

...E novamente, eles mandaram embaixadores suplicantes, com suas roupas rendadas e cabeças cobertas com cinzas, implorando a assistência dos romanos e, como tímidas galinhas, amontoando-se sobre a proteção das asas de seus pais. Eles disseram que seu infeliz país não devia ser de todo destruído, pois o nome romano, que agora era somente um som vazio para encher os ouvidos, poderia não tornar-se uma repreensão até para as distantes nações.

Após isso, os romanos, movidos pela compaixão tanto quanto a natureza humana pode ser movida, após os relatos de tais horrores mandaram, como águias em vôo, seus inesperados bandos de cavalaria por terra e marinheiros pelo mar, e, colocando suas terríveis espadas sobre os ombros de seus inimigos, cortaram-nos como folhas que caem no período propício; e como uma avalanche de montanha levaram-nos com numerosas correntes, e destruindo suas margens com barulho de rugido, com a crista espumando e espumantes ondas crescendo às estrelas — por aquelas correntes circulares nossos olhos estavam como que ofuscados — fizeram uma de suas ondas superar todos os obstáculos em seu caminho, como fizeram nossos ilustres defensores que vigorosamente levaram nossos bandos de inimigos além do mar, se algum pudesse escapar deles. Pois isso estava além daqueles mesmos mares que eles transportaram, ano após ano, a pilhagem que eles haviam ganho, sem que ninguém ousasse resistir a eles (GILDAS, II. 15,17).

Em outra importante passagem, Gildas mostra o desespero dos bretões e a cartas a Aetius — comandante romano (430-432 e 433-454 d.C.) durante a maior parte do reinado de Valentiniano III (imperador do Império do Ocidente, 425-455 d.C.):

Novamente, portanto, o infeliz povo remanescente mandou a Aetius, um poderoso cidadão romano, o seguinte recado: “— Para Aetius, agora cônsul pela terceira vez: o gemido dos bretões.” E novamente um pouco depois, desta maneira: “— Os bárbaros nos jogaram para o mar, o mar nos jogou de volta para os bárbaros: desta maneira dois modos de morrer nos esperam, nós seremos mortos ou afogados.” Os romanos, no entanto, não puderam assisti-los, e, neste meio tempo, o confuso povo, vagando pelas florestas, começou a sentir os efeitos da fome severa que compeliu muitos deles sem demora a renderem-se para seus cruéis perseguidores para obter subsistência. Outros deles, entretanto, ficaram escondidos em montanhas, cavernas e florestas, e continuamente saíam de lá em jornadas para renovar a guerra. (GILDAS, II.20)

Esse trecho mostra um pedido bretão que não pôde ser atendido pelos romanos, pois estes se retiraram definitivamente da ilha provavelmente por volta de 446 para defenderem suas terras dos ataques de Átila, rei dos hunos (434-453). Na passagem acima também fica claro o comportamento dos bretões face às invasões. Se dermos crédito às palavras de Gildas, os bretões que não se entregaram refugiaram-se nas florestas e montanhas, sem estabelecerem uma resistência eficaz. Aqueles que se entregaram passaram a viver submissos aos invasores. Assim, até meados de 450 a vida urbana foi sendo abandonada, embora com diferenças que variavam de acordo com a região. De qualquer modo, a arqueologia nos mostra que antes de 430 cessara a produção em grande escala de cerâmica.

Os ecos desses acontecimentos reverberaram por muito tempo na memória daqueles povos. A *Crônica Anglo-Saxã*, escrita mais de quatrocentos anos depois, em vernáculo, durante o reinado de Alfredo, o *Grande* (871-899, n. 849), rei de Wessex, também comenta estas súplicas:

443 d.C. — Neste ano os bretões enviaram através do mar até Roma, uma súplica de assistência contra os pictos, mas eles não obtiveram nada, pois os romanos estavam em guerra com Átila, rei dos hunos. Então eles enviaram aos anglos e requisitaram a mesma coisa aos nobres daquela nação (*The Anglo-Saxon Chronicle. Part 1: A.D. 1 – 748. Online Medieval and Classical Library Release*) (a tradução é nossa)

Assim, as invasões na Bretanha foram realizadas por três ramos das tribos germânicas, com dialetos estreitamente similares. Os **anglos**, provenientes do atual *Slesvig*, dominaram as áreas próximas ao Tâmbisa (Nortúmbria, Mércia e Ânglia do Leste) (PREVITÉ-ORTON, 1967: 244); os **saxões**, que compunham o grupo dos germanos do mar, na divisão lingüística de Musset (germanos das estepes – godos e seus vizinhos; germanos dos bosques – a maior parte dos da atual Alemanha; e germanos do mar – saxões, frísios e dinamarqueses) (MUSSET, 1967: 11) provenientes da antiga Saxônia, do Elba e do Weser, dominaram a maior parte do sul da Inglaterra (Essex, Wessex, Sussex e Midlessex, respectivamente saxões do Leste, do Oeste, do Sul e do Centro) (ver mapa 1).

Por fim, os **jutos**, pequena tribo provavelmente originária da Jutlândia, no norte da Dinamarca, da Frísia e do baixo Reno (McEVEDY, 1979: 24) conquistaram o Kent, a ilha de Wight e a região do Hampshire (em torno do estuário do Solent).

Desses três grupos os jutos são os mais enigmáticos. Segundo a arqueologia, o mobiliário funerário de Kent possui características semelhantes à mobília funerária das regiões francas do Reno inferior (MUSSET, 1967: vol. 1, 97), mas também tem-se notícia que os jutos haviam se estabelecido temporariamente junto aos francos e frísios (PREVITÉ-ORTON, 1967: 244).

Segundo os escassos documentos da época confrontados com vários dados arqueológicos, essas tribos não migraram em um movimento coletivo, unificado. Já antes de 410 haviam germanos na Bretanha, pois foram encontrados túmulos no vale do Tâmbisa aparentemente de guerreiros frísios e saxões. Provavelmente as invasões foram atos isolados de chefes com seus *comitatus* (PREVITÉ-ORTON, 1967: 251). Os primeiros saxões a se fixarem na Bretanha eram *foederati*, mercenários e não conquistadores. Ou seja, eles haviam sido contratados pelos próprios bretões para defender certas regiões da Bretanha. Então, com alguns grupos já estabelecidos, eles começaram uma série de incursões, com o objetivo inicial da rapina (MUSSET, 1967: vol. 1, 99). Em alguns casos, os grupos de invasores eram formados por membros mistos de tribos distintas, entre os anglos, os saxões e os jutos.



Figura 4. Tipo de embarcação utilizada pelos primeiros invasores anglo-saxões

INTERNET: <http://www.angelcynn.org.uk> © Ben Levick 1997-2001. Photos copyright © Angelcynn 1997-2001. Webgraphics, design and programming copyright © Nicole Kipar 2000, 2001

A figura acima é uma caracterização do tipo de embarcação utilizada por aqueles primeiros imigrantes — por volta de 450 a arqueologia comprova uma elevação do nível do mar, fato que pode ter incentivado a migração, já que algumas aldeias costeiras devem ter sido abandonadas.

Como rotas para a invasão foram usados principalmente três estuários: o do Tâmisa, do Wash e do Humber (PREVITÉ-ORTON, 1967: 251) — ver mapa 1. Pelo Tâmisa deu-se a invasão ligada ao nome do herói juto Hengst (ou Hengist), que teria sido convidado pelo chefe bretão Vortigern para auxiliar os bretões a expulsar uma invasão de pictos e escotos. Este monarca lendário, usurpador do trono teria reinado entre 425 e 450 (ZIERER, 2000) Gildas descreve esse convite em sua obra, e considera Vortigern um tirano, um traidor dos bretões:

Então, todos os conselheiros, juntos com aquele orgulhoso tirano Vortigern, o rei bretão, estavam tão cegos, que, como uma proteção ao seu país selaram seus destinos, convidando para (estar) entre eles (como lobos no rebanho de ovelhas), os ferozes e impiedosos saxões, uma raça cheia de ódio para ambos, Deus e homem, para repelir as invasões das nações do norte. Nunca nada foi tão pernicioso ao nosso país, nada foi mais infeliz. Que palpável escuridão deve ter envolvido suas mentes — escuridão desesperada e cruel!

Aquelas mesmas pessoas que, quando ausentes, temeram mais que a própria morte, foram convidadas a residir, como alguém pode dizer, sobre o próprio teto. Tolos são os príncipes, como é dito de Thafneos, dando conselho ao ignorante faraó. Uma multidão de filhotes de leão veio do covil dessa bárbara leoa, em três *cyuls*, como eles os chamam, que são navios de guerra, com suas velas infladas pelo vento, e com presságios e profecias favoráveis, pois isso foi profetizado por um adivinho entre eles, que deveriam ocupar o país para o qual eles estavam velejando trezentos anos, e metade daquele tempo, cento e cinqüenta anos, deveriam pilhar e roubar o mesmo.

Eles desembarcaram primeiro no lado leste da ilha, pelo convite do infeliz rei, e lá fixaram suas afiadas garras, aparentemente para lutar a favor da ilha, que tristeza! Mas certamente contra ela. Sua terra-mãe, vendo sua primeira prole tendo êxito, mandou para lá uma maior companhia de suas famintas proles, as quais velejando, juntaram-se aos seus bastardos camaradas. Daquele tempo, o germe da iniquidade e a raiz da contenda plantou o veneno entre nós, como merecemos, e atirou diretamente nas folhas e ramos.

Os bárbaros (saxões), sendo dessa maneira introduzidos como soldados na ilha, para encontrar, como eles falsamente disseram, algum perigo em defesa de seus hospitaleiros anfitriões (bretões), obtiveram um subsídio para provisões, as quais, sendo abundantemente oferecidas por algum tempo, pararam suas bocas caninas. Ainda, eles queixaram-se que seus suprimentos mensais não eram fornecidos em suficiente abundância, e eles aplicadamente agravaram cada ocasião de discussão, dizendo que ao menos que mais generosidade fosse mostrada a eles, eles iriam quebrar o tratado e pilhar toda a ilha. Em pouco tempo, eles seguiram suas ameaças como haviam dito (GILDAS, II.23).

Por sua vez, Beda, o *Venerável* (672-735), nos conta, em sua *História Eclesiástica das Gentes dos Anglos*, que tal invasão ocorreu no ano 449, e ele conta novamente o desenrolar da chegada de anglos, jutos e saxões, mas já com uma visão retrospectiva, pois haviam passado mais de duzentos anos desde o acontecimento:

No ano 449 da Encarnação de Nosso Senhor, Marciano e Valentiniano, tendo obtido o reino como quadragésimos sextos sucessores de Augusto, o possuíram por sete anos. Neste tempo, as gentes dos anglos ou dos saxões, tendo sido convidadas pelo já mencionado rei (Vortigern) para virem à Bretanha com três longos barcos, e, pelo comando do mesmo rei, ao chegarem, receberam a terra na parte leste da ilha para defendê-la como amigos, mas na realidade, como se provou depois, tinham em mente

conquistá-la como inimigos. Depois de iniciar a luta contra os inimigos que vinham do Norte, os saxões tiveram a vitória. Anunciado isso em suas casas, assim como a fertilidade da ilha e a covardia dos bretões, os saxões enviaram rapidamente como reforço uma frota maior com um grupo mais forte de homens armados que, junto aos precedentes, formaram um exército mais forte que os bretões eram capazes de enfrentar. Então, aqueles que chegaram tiveram a permissão dos bretões para morar entre eles, com a condição que lutariam pela paz e segurança do país contra seus adversários, e que os outros pagariam a eles um salário justo pelo ato de guerrear. Vieram então gentes das três tribos mais valorosas da Germânia, isto é, os saxões, os anglos e os jutos. Dos jutos vieram os cantuários e os vituários, ou seja, os povos que possuem a ilha de Wight e o povo chamado até hoje de jutos na província dos saxões ocidentais (Wessex). Dos saxões, quer dizer, da região que é chamada hoje Velha Saxônia (Holstein) vieram os saxões orientais, os saxões meridionais e os saxões orientais (Essex, Sussex e Wessex). Dos anglos, quer dizer, da pátria que se denomina Angeln (Sleswig), e que desde então até hoje permanece um deserto — entre as províncias dos jutos e dos saxões — descendem os anglos orientais (East Anglia), os anglos mediterrâneos (South Anglia e Uppland), os mercianos e toda a progenitura dos nortúmbrios, isto é, as gentes que habitam o norte do rio Humber e todos os outros povos dos anglos. (BEDE, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, XV: 69-71) (a tradução é nossa. Obs.: o que se encontra em parênteses não faz parte do texto original).

Assim, a divisão básica dos povos e seus respectivos estabelecimentos provém de Beda — embora não saibamos suas fontes, sua *História Eclesiástica das Gentes dos Anglos*, juntamente com *A Destruição Britânica em Elegia* de Gildas e a *Crônica Anglo-Saxã* do tempo do rei Alfredo são os únicos registros escritos que chegaram até nós.

Por fim, Hengst e Aesc (seu filho, ou neto) estabeleceram o reino juto do Kent, nome da tribo britânica *Cantii*. Os saxões também utilizaram o Tâmsa para invadir as regiões que mais tarde tornaram-se Middlesex e Essex. Os anglos utilizaram o rio Wash para atingir as Midlands do Leste. Vimos com Beda que, pelo Humber, os anglos expandiram-se pelo East Riding de Yorkshire (PREVITÉ-ORTON, 1967: 251).

Para ressaltar o caráter épico da conquista, a *Crônica Anglo-Saxã* também destaca a origem divina dos invasores. Hengist e Horsa seriam descendentes em linha direta de Odin (Woden), sua quinta geração:

A.D. 449. Neste ano Marciano e Valentiniano assumiram o Império e reinaram por sete invernos. Nestes dias Hengist e Horsa, convidados por Wurtgern, rei dos bretões, para assisti-lo, aportaram na Bretanha em um lugar chamado Ipwinesfleet, inicialmente para ajudar os bretões, mas depois disso, lutaram contra eles. O rei os comandou para lutar contra os pictos, e eles fizeram e obtiveram a vitória em todos os lugares que foram. Eles então foram até os anglos e solicitaram mais ajuda. Eles desprezaram a inutilidade dos bretões e as riquezas da terra. Então eles enviaram um apoio maior. Então vieram os homens dos três poderes da Germânia: os antigos saxões, os anglos e os jutos. Dos jutos descendem os homens do Kent e da Ilha de Wight e aquela linhagem de Wessex que os homens ainda chamam de jutos. Dos antigos saxões vieram o povo de Essex, Sussex e Wessex. Da Ânglia, os quais desde sempre permaneceram perdidos entre os jutos e os saxões, vieram os anglos do leste, os anglos do centro, os da Mércia e todos aqueles do norte do Humber. Seus líderes eram dois irmãos, Hengist and Horsa, que eram filhos de Victgils; Victgils era filho de Witta, Witta de Wecta, Wecta de Odin. De Odin surgiu toda a linhagem real e todos aqueles ao sul do Humber (*The Anglo-Saxon Chronicle. Part 1: A.D. 1 – 748. Online Medieval and Classical Library Release*) (a tradução é nossa)

A linhagem de Hengist e Horsa remontando a Odin é confirmada por Beda, que, no entanto não destaca a divindade de Odin, apenas cita seu nome (BEDE, *Historia*

Ecclesiastica Gentis Anglorum, XV: 73). De qualquer forma, os primeiros quarenta anos do século V viram os bretões romanizados entregues à própria sorte pelo Império Romano. Nesta nova conjuntura, anglos e saxões foram o principal instrumento da destruição da Inglaterra romana. Durante os séculos V e VI, a ilha provavelmente foi um caos de tribos e reinos em constante pé de guerra, pois assistiu a uma segunda fase de conquista. **Bretões** e **celtas** provavelmente não aceitaram a ocupação anglo-saxã. Parte dos bretões migrou para a Armórica, no continente, que passou a chamar-se Bretanha (norte da França). Os que permaneceram na ilha fugiram para o norte, para as montanhas do País de Gales, Cornualha, Escócia e Irlanda. Sua cultura praticamente retornou ao “barbarismo céltico” (TREVELYAN, s/d: 38). No final do século V, a urbanização, a língua latina e o cristianismo estavam em franco declínio com a instalação dos saxões (FERRIL, 1989: 104-105).

Gildas nos conta, em sua *Destruição Britânica em Elegia*, que um grande ataque federado saxão teria ocorrido no século V, e que teria arruinado de vez as cidades romanas e devastado toda a região. Tal invasão é associada ao nome do saxão Aelle, senhor das terras ao sul do Humber, que Beda considera o primeiro *Bretwalda* (soberano da Inglaterra). O mesmo Aelle é atribuído como senhor do Sussex (centro-sul), onde fundou um reino entre o bosque deserto da Anderida e o mar, entre os anos de 477 e 491 (PREVITÉ-ORTON, 1967:251).

Nessa luta contra os invasores, os bretões encontram um chefe originário da antiga população romanizada, Aurelius Ambrosius (BOWDER, s/d: 25). Ele teria estabelecido uma brava resistência, que culminou com a famosa batalha no Monte Badon, por volta do ano 500. Tal batalha foi vencida pelo semi-lendário Artur (*Artorius*) contra a hoste saxã. Gildas descreve Aurelius como o vencedor da batalha do Monte Badon, sem sequer mencionar Artur. Já Nennius, em sua obra *História dos Bretões* (c. 800), o apresenta como o principal herói do combate por ser um *dux bellorum* (chefe guerreiro) cristão (ZIERER, 2000). Artur teria vencido sozinho novecentos e sessenta homens. Na narrativa posterior escrita pelo monge Nennius há o acréscimo da imagem da Virgem Maria, sendo carregada sobre os ombros do Artur: “A décima segunda batalha foi no Monte Badon no qual caíram em um dia novecentos e sessenta homens de uma investida de Artur e ninguém os golpeou exceto o próprio Artur, e em todas as batalhas ele saiu como vencedor” (NENNIUS, *História dos Bretões*, cap. 56).

Após tal luta teriam transcorrido quarenta e quatro anos de relativa paz. Durante esse período os bretões dividiram-se em cinco ou mais reinos tribais na região ocidental. Enquanto isso os reinos e a instabilidade aumentavam entre os anglo-saxões no Leste. Por sua vez, os jutos, a partir de Kent, tomaram a ilha de Wight (PREVITÉ-ORTON, 1967: 252).

III. As novas estruturas sociais

Dos cinco reis bretões nomeados por Gildas, o mais poderoso era Maelgwyn (Maglocune) de Gwynedd. Gildas se refere a esses chefes como tiranos, pois, segundo os padrões romanos, a autoridade deles não tinha legitimidade. Esses reinos de resistência bretã estavam localizados na *Dummonia* (Devon e Cornualha) e *Wales* (País de Gales), além de *Strathclyde* e o reino bretão independente de *Elmet*, ambos no norte (LEVICK, *Internet*).

Com a morte de Maelgwyn, ficou aberto o caminho que os anglo-saxões esperavam para sua invasão. O chefe anglo Ida iniciou o seu ataque contra os galeses (*welsh*), bretões que refugiavam-se onde atualmente localiza-se o País de Gales. Após diversos ataques até 592 o ocidente da ilha foi praticamente tomado pelos invasores. O norte também foi dominado em fins do século VI e início do VII, e formou-se o reino da Nortúmbria (PREVITÉ-ORTON, 1967: 252).

Como a Bretanha foi a região menos romanizada durante o período do Império, a forma de dominação diferiu em alguns pontos essenciais da ocorrida no continente. Os invasores conservaram e impuseram sua própria língua; mantiveram as instituições bárbaras e o direito consuetudinário, sem influência do direito romano; estabeleceram seus próprios métodos de cultivo. Eles eram pagãos e, diferentemente dos francos, não adotaram o cristianismo. Assim, estavam livres de qualquer influência da cultura latina (PREVITÉ-ORTON, 1967: 253).

A conservação de sua própria língua caminhou paralelamente com a toponímia. Os nomes foram praticamente renovados, com exceção de alguns rios e de acidentes geográficos mais genéricos. Durante essa dominação, a débil classe bretã romanizada caiu quase completamente. Os camponeses escravizados do Leste eram pouco mais civilizados que seus novos senhores e pouco contribuíram para a formação dessa nova cultura.

A estrutura da *Sippe* foi alterada pois, com exceção de Kent, onde foi possível manter algumas das condições sócio-culturais originais dos germanos, os invasores se estabeleceram em pequenos grupos, governados em conjunto por aristocratas tribais. Acima do escravo havia o *eorl* (nobre), e o *ceorl* (homem livre). No Kent haviam também os *laets*, provavelmente remanescentes da população bretã. No Wessex, os galeses livres também ocupavam um lugar específico na sociedade.

Os povoados organizavam-se em regiões, ou reinos. Em Kent, o reino era uma divisão administrativa, com a possessão real no centro. A tribo era governada por um rei, geralmente considerado descendente de Woden (Odin). Tais realezas eram formadas pelos chefes das guerras de conquista. Ao redor dos reis, reuniam-se a assembléia de homens notáveis, que o auxiliavam na administração e na justiça. Também devia haver em cada reino uma assembléia central. Mas a presença de assembleias não os fazia democráticos, em um sentido moderno. As guerras privadas, o peso das linhagens, o homem “bem nascido”, todos estes fatores diferenciavam-nos como tipicamente bárbaros.

Os elementos de mescla cultural entre as populações aconteceram mais no campo do artesanato e, em alguns casos, na produção de gêneros agrícolas. Os anglos e os saxões trouxeram consigo o costume de cremar os mortos. Já os jutos praticavam o sepultamento, tal como os romanos. Eles trouxeram consigo também seus deuses do panteão nórdico. Odin, Thor, e Tyr encontram-se ainda na toponímia ao sul do Humber. Os nomes dos dias da semana também sofreram clara influência da cultura germânica (PREVITÉ-ORTON, 1967: 254-255). Por exemplo, a quarta-feira (Wednesday, em inglês) deriva o seu nome do Deus Odin ou Wotan, a quinta-feira (Thursday) do Deus Thor e a terça (Tuesday) do Deus Tyr.

IV. A cristianização da Inglaterra

O estabelecimento do cristianismo durante o período romano na antiga Bretanha deu-se especialmente entre os bretões, pois eram romanizados e foram cristianizados a partir do momento em que o Império adotou a religião cristã. Os escotos da Irlanda também foram cristianizados a partir das incursões e do estabelecimento do bretão São Patrício (c. 385-461), segundo a *Crônica Anglo-Saxã*, enviado pelo papa Celestino I (422-432) em 430 para “pregar o batismo entre os escotos”.

Outro santo importante foi São Germano (378-448), mencionado por Nennius na *Historia dos Bretões*. Ele esteve duas vezes na Bretanha no século V, tentando extirpar o pelagianismo, uma heresia que afirmava não serem os humanos culpados pelo pecado de Adão, visto pelo santo como uma falta individual. Nennius afirma que São Germano põe em relevo os pecados de Vortigern, como o fato de ter se casado com a filha do chefe saxão e de mais tarde unir-se à própria filha, tendo dela um filho, fatos estes que justificariam a dominação chefiada pelos saxões que veio a seguir (ZIERER, 2000).

Com a invasão de anglos, saxões e jutos, o panorama da cristianização da ilha se modificou. Os saxões permaneceram intocados pelo cristianismo; sob a influência dos anglos, pictos e galeses fizeram ressurgir suas raízes pagãs. Com a saída dos romanos vários outros povos reviveram suas antigas tradições, mantidas por costumes e pela tradição oral (JONES e PENNICK, 1999: 157). Os galeses passaram a viver sob a dominação de reis tribais, e a população sob o regime de clãs e estirpes, com o poder fragmentado entre vários reinos.

As igrejas bretã e irlandesa encontravam-se isoladas. Nelas, o papa Gregório (590-604) não exercia qualquer influência. Assim desenvolveu-se uma “microcristandade”, com instituições e estilos próprios, diferindo bastante do continente (BROWN, 1997: 188-201; DUFFY, 1998: 57). A instituição do bispado não era tão importante. Os grandes mosteiros funcionavam mais como centros religiosos, e eram governados por abades em um estilo tribal. Os seus monges fervorosos, de estilo ascético, tal como Gildas e seus colegas mais famosos Patrício e Columba (528-614), representavam a força da Igreja cristã nas ilhas (PREVITÉ-ORTON, 1967: 256), sendo praticamente os únicos centros de vida intelectual (HEERS, 1991: 32).

No entanto, a maior parte da ilha encontrava-se praticamente pagã. Celestino I enviara um bispo chamado Paládio para uma missão junto aos irlandeses, mas com poucos resultados práticos. A conversão da Irlanda — início do processo de conversão da ilha — foi obra do papa Gregório.

A lenda é bem conhecida. Ainda diácono, Gregório parece ter visto belos e louros rapazes anglo-saxões num mercado de escravos em Roma. Gregório viu neles os anjos de Deus, e foi tomado do desejo de converter a ilha. Assim, em 597 ordenou que quarenta monges romanos, liderados por Agostinho, prefeito do mosteiro de Santo André, fossem para a ilha com a missão de evangelizá-la. Beda nos conta: “Agostinho, portanto, sendo muito encorajado com o conforto do abençoado pai Gregório, retornou ao trabalho da palavra com os servos de Cristo que estavam com ele e foi para a Bretanha” (Bede, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, XXV: 107-109). O pretexto fora o casamento do rei de Kent, Ethelberto, com Bertha, cristã e filha do rei de Paris. Gregório se referia à Inglaterra como “o fim do universo” (DUFFY, 1998: 56).

Ao chegar à ilha, Agostinho se deparou com uma terra totalmente germânica, governada por reis saxões que remontavam a Odin. Não eram urbanos, viviam em vilas fortificadas e aldeias, falavam anglo-saxão ao invés de celta ou latim e seguiam as leis germânicas, muito semelhantes às descritas por Tácito, quinhentos anos antes (JONES e

PENNICK, 1999: 157). Para se ter uma idéia da força dos rituais pagãos, segundo Gildas, quando o rei Ethelberto de Kent recebeu este primeiro grupo de sacerdotes cristãos em 597, exigiu que o encontro fosse ao ar livre, para que o vento dissipasse os encantamentos que pudessem tentar lhe lançar com sua “magia estrangeira” (citado por LACEY E DANZINGER, 1999: 27).

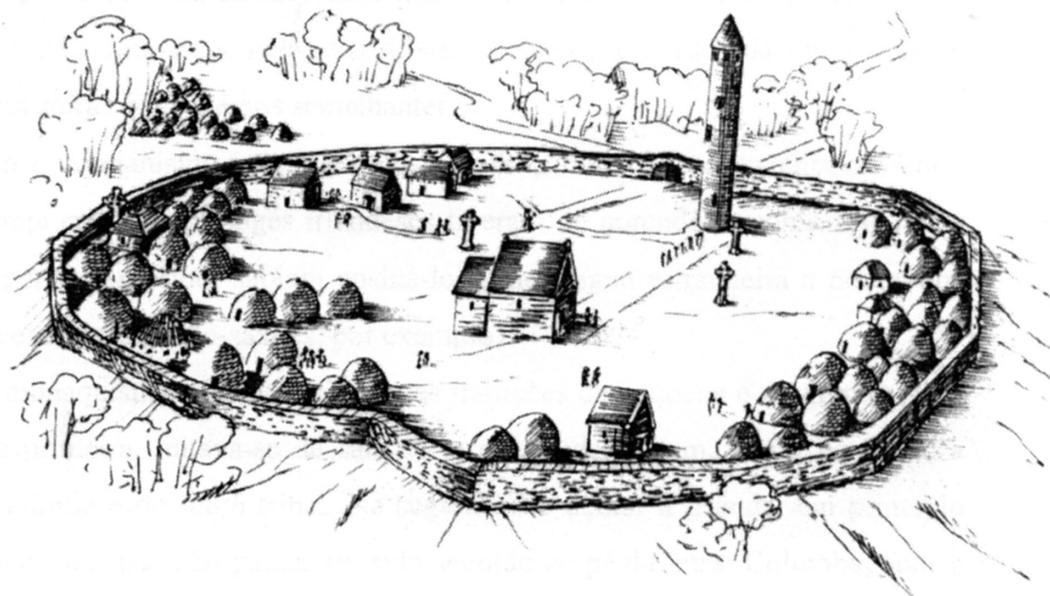


Figura 5. Reconstituição de um mosteiro irlandês

In: CAHILL, Thomas. How the Irish saved civilization. New York: Doubleday, 1995, p. 156.

Assim, no final do século VI a Inglaterra era uma região pagã, com pequenos núcleos de cristianização, como a Irlanda. No ano 600, em uma carta endereçada ao abade Melito, o papa Gregório ainda aconselhava a melhor forma de se converter os bretões:

Agora que o Deus Todo-Poderoso vos conduziu até o nosso venerável irmão, o bispo Agostinho, transmiti-lhe o que, depois de longa reflexão, eu decidi a respeito dos Bretões.

Os templos que este povo consagrou aos deuses não devem ser destruídos; destruir-se-ão apenas as imagens dos deuses que neles se acham. Que se benza a água, que se faça aspersão com ela no interior dos templos, que se levantem altares e neles se ponham relíquias. Porque quando estes templos são construídos solidamente, é preciso subtraí-los ao culto dos demônios e consagrá-los ao culto do Deus verdadeiro. Quando virem que seus templos não foram destruídos, este povo arrancará o erro de seu coração para reconhecer e adorar o Deus verdadeiro e ele se reunirá mais facilmente em lugares que lhe são familiares.

De outro lado, os bretões têm o costume de sacrificar muitos animais a seus demônios (os ídolos). Deve-se transformar este costume em festa religiosa. Nestes lugares, no dia da dedicação da igreja ou das festas dos mártires, far-se-á a exposição das relíquias dos santos mártires; ao redor dos templos transformados em igrejas, erigir-se-ão abrigos feitos de ramos de árvores e solenizar-se-á a festa com uma refeição sagrada. Assim não sacrificarão mais animais ao Diabo, mas para alimentar-se e para o louvor de Deus (...)

Não há dúvida de que é impossível extirpar imediatamente entre seres pouco civilizados, os costumes tradicionais: aquele que quer alcançar um cume elevado, não chega lá senão por etapas, passo a passo, não fazendo saltos (...)

Tudo isso tu deves comunicá-lo ao nosso irmão, para que ele possa assim refletir sobre sua maneira de agir (...)

Dado aos 15 de junho, sob o governo de nosso soberano Maurício Tibério, no 19.º ano do seu reinado e no 18º ano do seu consulado, na 4.ª, indicação (citado em FRÖHLICH, 1987: 52)

Bretões sacrificando animais ainda no ano 600! Apesar disso, no tempo de Gildas, sessenta anos antes da redação dessa carta, eles eram os únicos remanescentes do pouco que restou da cultura latina romana — e o papa os considerava “poucos civilizados”. De qualquer modo, como eram a origem social e étnica de nosso autor, isso que explica em boa parte suas lamentações a respeito da degradação de seu tempo.

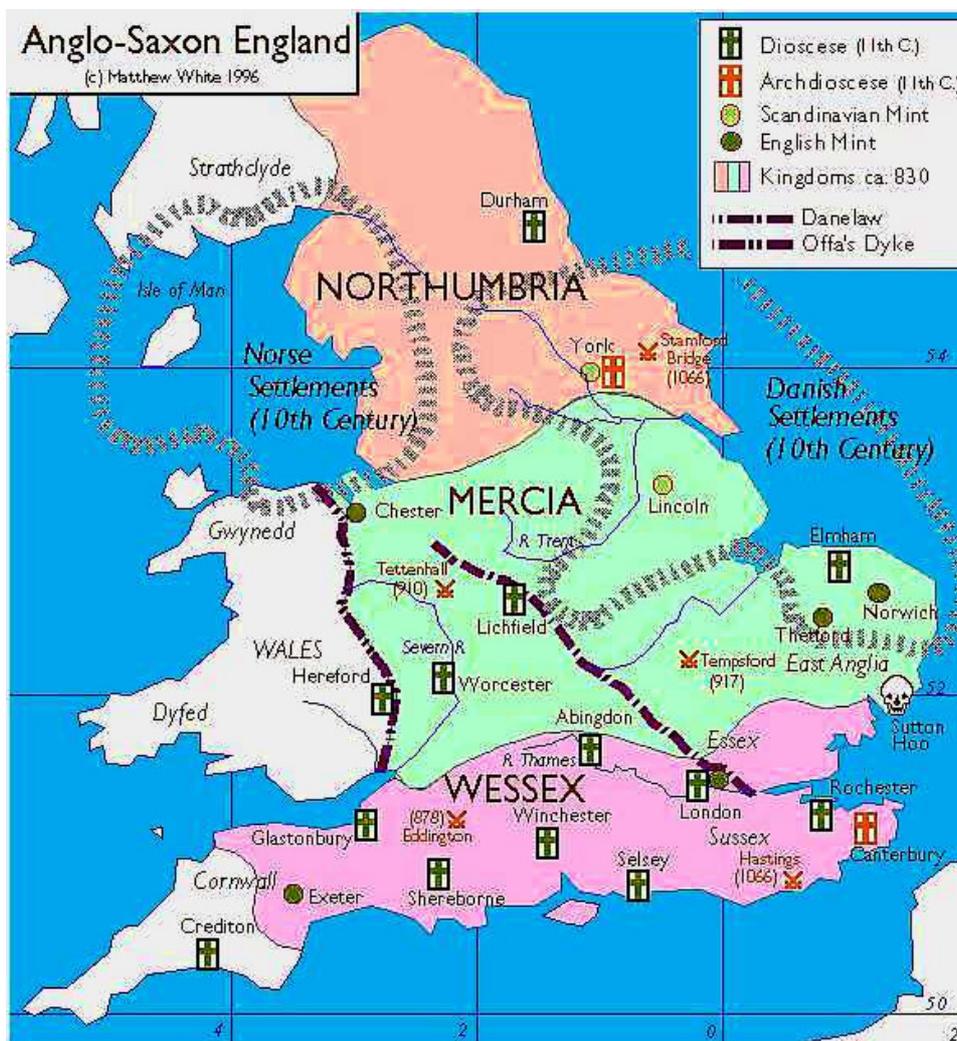


Figura 6. Inglaterra no início do século IX, com a divisão dos reinos e a indicação das dioceses até o século XI.

INTERNET: <http://www.angelcynn.org.uk> © Ben Levick 1997-2001. Photos copyright © Angelcynn 1997-2001. Webgraphics, design and programming copyright © Nicole Kipar 2000, 2001

V. Gildas

São Gildas nasceu por volta de 516 d.C., possivelmente nas encostas do rio Clyde (na atual Escócia). Seu pai era um nobre bretão de nome Cau (ou Nau). Gildas tinha um irmão de nome Hull (ou Cuil). Ainda jovem, foi enviado a um mosteiro em Glamorganshire, em Walles, onde foi instruído por São Iltut. Ali foi colega de São Samson e São Pedro de León. Gildas também é conhecido pelo cognome Badonicus, pois, como ele mesmo disse em sua narrativa, nasceu no mesmo ano da famosa batalha do monte Badon (*De Excidio Britanniae et conquestu*, 26) — atualmente Bannesdown, próximo a Bath, em Somersetshire. Nessa batalha, como vimos, é atribuída uma importante vitória dos bretões sobre os saxões.

Posteriormente, o monge galês Nennius afirmou que o líder dos bretões seria o lendário Artur (*Historia dos Bretões*, 56), fato que Gildas não comenta. Beda, que também não menciona a existência de Artur em sua obra *História Eclesiástica das Gentes dos Anglos*, coloca a batalha do monte Badon 44 anos após a primeira chegada dos saxões à Bretanha, em 451 (por essas contas, Gildas teria nascido em 494, e não em 516).

Após ter obtido o monacato, Gildas foi à Irlanda e ao norte da Bretanha, e teve sua presença confirmada por relatos de milagres. De volta à Irlanda a convite do rei bretão Ainmire, Gildas fez pregações e fundou igrejas e mosteiros. Durante a volta de uma peregrinação feita a Roma, ele decidiu retirar-se para a ilha de Houat. Todas essas viagens descritas pela tradição explicam-se pela idéia corrente de santificação: uma das melhores formas de se consegui-la era viajando e peregrinando (DUBY, 1974: 31). No caso do monaquismo irlandês, haviam duas tradições de peregrinação: a pequena e a grande peregrinação.

De qualquer modo, a ilha de Houat era um pequeno pedaço de terra de uma légua de comprimento localizada entre a costa de Rhuys e a ilha de Bellisle, a quatro léguas da última, na costa da Armórica, no continente. Gildas passou a viver ali como ermitão. Quando seu eremitério ficou conhecido através de pescadores e habitantes próximos que acorriam ali em busca de iluminação, os bretões o convenceram a fundar um mosteiro em Rhuys (península na costa da Armórica). Guerech, o primeiro chefe dos bretões em Vannes, outorgou a Gildas as terras necessárias à construção do mosteiro.

Nesse mosteiro, provavelmente ele escreveu sua mais famosa e importante obra, *A Destruição Britânica em Elegia*, provavelmente entre os anos 540-546. Gildas resolveu novamente fazer um retiro, passando através do golfo de Vannes e o promontório de Quiberon, até escolher uma gruta nas margens do rio Blavet. Ali achou uma caverna que foi convertida em capela. De tempos em tempos Gildas saía de seu eremitério para visitar o mosteiro de Rhuys, aconselhando a todos na busca do caminho das virtudes cristãs.

Sabe-se também que em Rhuys viveu Santa Trifina, filha de Guerech. Ela era casada com o conde Conomor, antrustião do rei merovíngio Childeberto. Conomor assassinou Trifina e seu filho, de nome Gildas, e afilhado de São Gildas. Santa Trifina e seu filho são invocados no conjunto de contos galeses intitulado *Mabinogion* — obra produzida no século XII, mas que remonta ao século VII (*O Mabinogion*, 2000). Gildas morreu por volta de 570 na ilha de Houat, onde fazia novamente seu retiro, indo poucas vezes ao mosteiro.

Um dos maiores desejos de Gildas era copiar o que lhe parecia ser o modo de vida mais perfeito da vida monástica cristã. Reza a tradição que mal comia e bebia, vivendo

asceticamente. Usava um casaco de peles rústico com uma túnica, dormindo no chão com uma pedra como travesseiro. Sua vida esteve voltada para o martírio, um perpétuo sacrifício. O objetivo de sua contemplação era o aprofundamento do conhecimento de Deus e dele mesmo, sendo seus estudos direcionados para a vida dos santos. Suas leituras levaram-no cada vez mais ao isolamento do mundo, uma atitude típica do monasticismo da Alta Idade Média.

Gildas é lembrado nas antigas histórias britânicas e citado por Beda e Alcuíno de York. No século XI foi escrita uma biografia de Gildas por um monge desconhecido da abadia de Rhuy. Posteriormente, no século XII, Caradoc, um galês, escreveu outra biografia de Gildas. Ambas possuem uma cronologia bastante incorreta e com várias disparidades, atribuídas à distância temporal do biografado. A data em que São Gildas é comemorado pela Igreja é 29 de janeiro, e no dia 11 de maio comemora-se a translação de suas relíquias, que foram transportadas para Berry no século X.

VI. A Destruição Britânica em Elegia (c. 540)

A obra é dividida em três partes. Inicia com um breve *Prefácio*, onde Gildas destaca o caráter lamurioso de seu escrito e que vai tratar da “situação da Bretanha, sua desobediência e sujeição, sua rebelião, segunda sujeição e terrível escravidão (...) de seus tiranos, suas duas hostis e devastadas nações (...) da subversão de suas cidades e do resto que escapou; e, finalmente, da paz, na qual, pela vontade de Deus, foi garantida em nosso tempo.” (I.2)

A segunda parte trata da história da Bretanha e inicia com uma bela descrição geográfica, posteriormente copiada integralmente por Nennius. Gildas comenta a conquista romana, a revolta da rainha bretã Boadiceia contra a ocupação romana, fala de Santo Albano (II.11) († no século IV) — proto-mártir da Inglaterra, convertido por um padre cristão perseguido que ele havia abrigado em sua casa e que sofreu o martírio perto da Vila de Verulam, hoje St. Albans (MOURRE, 1968) — Albano é, ao lado de Thomas Becket, um dos santos mais famosos na Idade Média, motivo de grandes peregrinações a York.

A terceira parte, mais extensa, é a sua *Epístola*. Possui várias construções literárias, além de diversos relatos de príncipes, clérigos e da população bárbara. Gildas endereça sua *Epístola* aos últimos governadores da Bretanha e a cinco reis bretões, na seguinte ordem: Constantino (III.28, 29), Aurelius Conanus (III.30), Vortipore (III.31), Cuneglasse (III.32) e Maglocune (III.33, 34, 35 e 36). Além disso, critica a corrupção monástica, segundo ele, uma característica de sua época. Acusa os juízes de iniquidade (*iniquitate*), a perversidade, a extrema injustiça — um dos vícios mais constantes de seu escrito. A obra, na verdade, é uma completa exortação de todos os pecados e vícios presentes em sua época e, em sua opinião, praticados por todos os habitantes.

Um dos vícios mais citados no texto é a perversidade (*perversitate*). Tal pecado é um dos conceitos básicos do texto, um vício que Gildas estende quase a todos. Mais do que aquele que possui má índole, o perverso, para Gildas, é aquele que foi pervertido por alguma coisa, ou até por ele próprio.

A gama de acusações que Gildas faz aos de seu tempo é bastante vasta: adultério, gula (grandes festas seguidas de embriaguez), idolatria. A todos Gildas impiedosamente amaldiçoa, enviando-os para o inferno, ou ainda, adverte-os que sofrerão diversos males

ainda em vida terrena. Muito importante também é a acusação de tirania por parte dos reis bretões.

A base de sua exortação são os exemplos bíblicos, com passagens de profetas e apóstolos. Gildas tem especial predileção pelo Velho Testamento. Por fim, o texto é em seu conjunto um grande sermão, e possui um caráter litúrgico de massa típico dos santos irlandeses.

Gildas reprova e adverte os cinco reis que cita em sua obra. Reprova Constantino e exorta-o a ir a Cristo, pois só Ele poderá tirá-lo “das longínquas regiões do pecado”. Caso contrário, o tirano será “atirado e atormentado nas inevitáveis e negras torrentes de eterno fogo.” Gildas vê Constantino como um glutão — um “bezerro engordado” — que come comida de porcos e nunca se sacia. Diz ao rei que ele deve ter em conta a importância do manto e anel reais, pois através deles terá a esperança celestial (III.29).

Pior ainda é a descrição de Aurelius Conanus: esse “filhote de leão” está “engolido, como uma enorme enchente do mar, na obscenidade de horríveis assassinatos, fofornicações, e adultérios”. Aurelius fechara o portão da paz por amor à guerra civil e à espoliação e foi então deixado só “como uma árvore murchando no meio do campo”. Como Constantino, Gildas diz que Aurelius deve se converter à verdadeira fé, caso contrário, acumulará dores eternas e será para sempre “atormentado e nunca consumido nas cruéis mandíbulas do inferno.” (III.30)

Por sua vez, Vortipore, “tolo tirano dos demecianos”, é como o leopardo, pois “age de diversas maneiras e com malícia” e, também como Aurelius, está de cima a baixo “manchado com assassinatos e adultérios”. Beberrão, Vortipore está sentado num “trono cheio de enganar”: tem uma alma miserável, pois vive no pecado da luxúria e incesto com sua filha “sem-vergonha” (III.31). Luxurioso é também Cuneglasse, que expulsou a esposa para estimar sua “detestável irmã” que fez votos a Deus pela eterna juventude. Apesar disso, Gildas julga que Deus dera abundantemente muitas coisas a Cuneglasse. Por isso, o tirano não deve ser adúltero e “orgulhosamente sábio” e sim confiar em Deus e buscar a correção de suas maneiras, isto é, bons hábitos, para se tornar virtuoso. Caso contrário, como os outros, ele será “queimado nas sujas e envolventes chamas do fogo eterno, sem morrer por nenhum meio. Pois as almas dos pecadores estão tão eternamente em perpétuo fogo quando as almas dos justos estão em perpétuo júbilo e contentamento.” (III.32)

Maglocune, por fim, é o maior de todos os chefes da Bretanha, tanto em reinado quanto em estatura de corpo, “o dragão da ilha”: o primeiro em malícia, o mais licencioso em pecar, “forte em armas e mais forte em trabalhar a destruição de tua própria alma”. Gildas pergunta a ele: “Maglocune, porque tu estás rolando tolamente na negra poça de brilhantes ofensas como se estivesse afundando no vinho da uva sodomita?” Contudo, apesar de grande, Maglocune é muito pior nos pecados. Gildas fala diretamente a ele:

Escuta então, por um momento, e ouve pacientemente a seguinte enumeração de teus feitos, onde eu não tocarei nenhuma ofensa doméstica ou leve (se algumas delas são leves), mas somente aquelas abertas e que são espalhadas amplamente e ao longe no conhecimento de todos os homens.

Não fizeste tu, no início de tua juventude, terrível opressão com espada, lança e fogo, contra o tio do rei, junto com seu corajoso bando de soldados, cujas faces em batalha não eram diferentes daqueles jovens leões? Não consideraste as palavras do Profeta, que disse “o homem enganador e sedento de sangue não deve viver metade de seus dias”, e mesmo se a seqüela de teus pecados não tivessem acontecido, que retribuição poderias esperar por essa ofensa somente das mãos do justo Juiz, que disse através de seu Profeta: “Mágoa tenha aquele que danificou, e não deverias, tu mesmo,

serdes danificado?" E tu, que mataste, não deverias ser morto? E quando tu puserdes um fim em teu dano, então deverás cair!" (GILDAS, III.33)

A cabeça do corpo social estava corrompida pelos vícios. Uma das justificativas mais constantes presentes na literatura política medieval para a derrubada de uma monarquia era o não cumprimento de sua função social: a paz e o bem estar dos súditos. Nesse aspecto, estas passagens da obra de Gildas mostram-se como uma das predecessoras dos *Espelhos de Príncipes* que surgiriam mais tarde, na corte de Carlos Magno e sucessores, mais de quatrocentos anos depois.

Mas não foram apenas os monarcas o alvo das críticas de Gildas. Ao desviar seu olhar para os clérigos, Gildas foi igualmente crítico. Mais do que isso: suas palavras foram de uma contundência poucas vezes vista na literatura medieval. Não seria exagero afirmar que seu capítulo sobre o clero na Bretanha é uma das passagens literárias mais virulentas e mordazes de toda a Idade Média. Apesar de longa, cabe destacarmos esse trecho da *Destruição Britânica em Elegia*, pois ainda podemos sentir seu impacto nos dias de hoje:

A Bretanha tem padres, mas eles são ignorantes; são muitos os que ministram, mas também são muitos os insolentes; clérigos ela disse, mas alguns deles são enganadores entusiasmados; eles são chamados de pastores, mas são lobos preparados para a morte das almas, pois não proporcionam nada para o bem do povo comum, e sim cobiçam para a gula de suas próprias barrigas; eles possuem as casas da igreja, mas as obtêm para a finalidade de lucros sujos; eles instruem o leigo, mas com os mais depravados exemplos, vícios, e más maneiras; por vezes sacrificam e por vezes permanecem nos altares com limpos corações, mas não corrigem as pessoas comuns por suas ofensas, enquanto cometem os mesmos pecados; eles desprezam os mandamentos de Cristo, e são cuidadosos com todo o coração para realizarem seus luxuriosos desejos, alguns deles para usurpar o assento do apóstolo Pedro com pés sujos.

Por demérito de suas cobiças, eles caem na pestilenta cadeira do traidor Judas; muitas vezes depreciam, e em algumas falam verdadeiramente; odeiam a verdade como um inimigo declarado, e favorecem falsidades como se fossem seus mais amados irmãos; olham o justo, o pobre, e o impotente, com face severa, como se fossem serpentes detestáveis, e reverenciam os homens ricos como se fossem anjos celestiais sem nenhum respeito à vergonha, pregando com seus lábios que esmolas devem ser dadas aos necessitados, mas não oferecem meio *penny*; ocultam os horríveis pecados do povo, e ampliam as injúrias oferecidas a eles mesmos como se fossem feitas ao Nosso Salvador Cristo; expulsam para fora de suas casas sua mãe religiosa, talvez irmãs, e familiarmente e indecentemente entretêm estranhas mulheres como se fosse para um ofício muito secreto, ou ainda, para falar a verdade, embora carinhosamente (nem tão carinhosamente para mim, mas para cometer esses atos), eles mesmos degradam-se por tão más criaturas; e procuram tudo isso mais pelas dignidades eclesiásticas do que pelo reino dos céus, defendendo suas preferências atingidas com uma forma tirânica e trabalhando com maneiras injustas para adornar o mesmo.

Eles são negligentes e sombrios para ouvir os preceitos dos sagrados santos — se alguma vez eles já ouviram o que deveriam ouvir —, mas são diligentes e atentos aos jogos e às tolas fábulas dos homens seculares como se fossem os verdadeiros meios de vida, e que são, de fato, passagens para a morte; eles são poucos com maneiras de touros e abundância de gordura mas miseravelmente prontos para todas as ações injustas; eles mantêm suas faces arrogantes, e nunca têm seu senso íntimo, pois possuem as consciências atormentadas e corroídas; eles estão deprimidos até o fundo, ou melhor, até o poço sem fundo; ficam felizes pelo ganho de um *penny* e tristes pela perda de tal valor; são preguiçosos e estúpidos nos decretos apostólicos (seja por ignorância ou pelo fardo de suas ofensas), e interrompem também as bocas dos instruídos e são singularmente experientes nas enganosas mudanças dos negócios das palavras; e intrometem violentamente muitas palavras desse gênero e conversações perversas nas preferências da igreja.

Sim, eles compram o mesmo ao preço de coxa, e são levados de qualquer forma, e além disso, como indignos infelizes, chafurdam como porcos em sua velha e infeliz poça de perversidade intolerável. Após terem alcançado o assento do sacerdócio ou dignidade episcopal — apesar de não terem sido nem instalados, nem residentes no mesmo — eles não recebem as ordens ou preeminências apostólicas porque usurpam o nome do sacerdócio.

Como podem, eles que não são totalmente instruídos na fé, nem fizeram penitência por seus pecados, serem de forma alguma conhecidos e convenientes para ascender algum degrau eclesiástico? Eu não posso falar pelo Altíssimo, mas apenas desejo homens sagrados e perfeitos, que sejam seguidores dos apóstolos, e, para usar as palavras do mestre dos gentios, pessoas livres de repreensão, que possam lealmente trabalhar sem falta ou a ofensa do sacrilégio (GILDAS, III.66).

O tom do texto é claramente oratório. A sensação é que nosso autor está discursando do púlpito de uma igreja para um grande número de ouvintes. Embora seu estilo seja rebuscado e às vezes sinuoso — características típicas dos textos medievais de pregação, pois visavam atingir as massas e imprimir na memória coletiva certos conceitos básicos com essas repetições, como, por exemplo, a reprovação dos vícios — Gildas não tem pudor de esconder sua grande indignação a respeito dos homens que estavam nos degraus mais elevados de sua tosca sociedade. Além de sentir na pele as conseqüências das migrações de anglos e saxões, o monge bretão aponta o dedo na ferida e indica que os responsáveis pela degradação de seu tempo não foram os invasores do continente e sim seu próprio povo, que não percebeu seus erros e vícios e foi tragado “como uma enorme onda do mar”. A longa passagem destacada acima mostra que suas críticas eram muito pesadas, tão pesadas quanto seu ascetismo: sabemos que o monaquismo irlandês e céltico na ilha era incrivelmente severo, pois era dotado de um “ascetismo feroz e uma concepção excessivamente bárbara da penitência e da salvação” (DUBY, 1974: 31). Bento de Núrsia e seu monaquismo mais moderado não haviam surgido ainda.

É bastante provável que Gildas tenha sido influenciado pelo monaquismo irlandês, já que somente a partir do Sínodo de Whitby (663) houve a uniformização do culto nas igrejas da Inglaterra (a favor dos romanos e em detrimento do culto escoto). Além disso, a abadia que Gildas fundou em Rhys estava localizada na Armórica, uma região bastante influenciada pelo monaquismo irlandês, pois a partir da segunda metade do século V os monges irlandeses espalharam-se por todas as regiões célticas, da Escócia e do noroeste da Inglaterra até a própria Armórica, no continente.

*

A *Destruição Britânica em Elegia* mostra que a situação dos reinos bretões antes das invasões de anglos, saxões e jutos era, aos olhos dos clérigos, bastante caótica, comparada ao antigo e breve surto administrativo romano do século de Augusto, o tempo perfeito, porque fora o tempo de Cristo na Terra. Esse pelo menos deve ter sido o ponto de comparação de Gildas. Suas lamentações a respeito da corrupção dos governantes e dos monges de seu tempo ressoou através dos séculos: tanto Beda quanto a *Crônica Anglo-Saxã* repetiram os mesmos temas e a mesma forma e seqüência na narrativa da invasão, embora com uma intensidade dramática menor.

O fato é que, apesar de pouco confiável historicamente, a *Destruição Britânica em Elegia* parece ter marcado profundamente a imagem que as gerações posteriores de leitores medievais tiveram a respeito dos bretões, que foram, como sabemos, incorporados aos novos povos e culturas que migraram para a ilha a partir do século IV.

Por um lado, as imprecizações de Gildas contra os vícios dos governantes deram o tom que os clérigos medievais deveriam ter a partir de então: os monges deveriam ser os *arautos civilizacionais*, a mola mestra condutora das consciências, e, principalmente, o ponto de referência para a educação dos governos monárquicos. A partir de então, os monarcas medievais deveriam buscar ser uma imagem de Deus na Terra — mesmo que imperfeita — para servir de exemplo a seus governados. A crítica de Gildas aos monarcas bretões também serviu de suporte político para legitimar os novos reinos que surgiram da crise do século V — a chamada heptarquia — na redação dos escribas posteriores, como é o caso da *Crônica Anglo-Saxã*.

Por outro lado, quando Gildas admoesta os monges, está ansiando por uma reforma. De espíritos e de corpos. Sua idéia de eremitismo não descartava a reforma da sociedade: os monges não deveriam se refugiar e se isolar em seus mosteiros e sim tomar parte da construção de uma sociedade cristã — entenda-se aqui cristã como romana, civilizacional e culturalmente, já que a Igreja foi praticamente a única instituição que resistiu às invasões e perpassou os mundos antigo e medieval. Nessa fase de transição, os monges, à exemplo de Gildas desejavam reformar os seus. Por isso, Gildas luta tanto contra os vícios, acusando os tiranos de serem beberrões, glutões e luxuriosos, desprezando até os conceitos básicos de incesto — como parece ser o caso de Vortipore. O interdito ao casamento entre consangüíneos ainda não havia se firmado (GUICHARD, 1997: 22): Gildas parece contribuir para essa moralização em sua crítica.

Assim, a questão não é insistir na existência real ou não desses personagens, como já foi feito. Reais ou não, os governantes de Gildas e a maior parte dos primeiros líderes bretões citados nas fontes que se referem aos séculos V e VI — além dos próprios monges — são exemplos claros da literatura medieval onde os setores letrados da sociedade tentavam civilizar o mundo novo que nascia. E essa tentativa, frutífera na maior parte das vezes, marcou indelevelmente a história do ocidente medieval europeu.

Fontes

BEDE. *Historical Works. Volume I* (translation by J. E. King). London: Cambridge, 1994.

The Anglo-Saxon Chronicle. Part 1: A.D. 1 – 748. Online Medieval and Classical Library Release.

GILDAS. *A Destruição Britânica em Elegia* (trad. Bruno Oliveira). Publicado na INTERNET. In: www.ricardocosta.com (no link *Textos medievais traduzidos na INTERNET* - <http://www.ricardocosta.com/textosmed.htm>)

NENNIUS. *História dos Bretões* (c. 800) (trad. de Adriana Zierer). Publicado na INTERNET: www.ricardocosta.com (no link *Textos medievais traduzidos na INTERNET* - <http://www.ricardocosta.com/textosmed.htm>)

O Mabinogion. (trad. e intr. de José Domingos Morais). Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.

TÁCITO. “Vida de Julio Agricola”. In: *Obras Completas*. Madrid: M. Aguilar, Editor, 1946, p. 971-1010.

Bibliografia

- ALCOCK, Leslie. *Arthur's Britain, AD 367-634*. Hamondsworth: Penguin Books, 1971.
- ARNOLD, C. J. *Roman Britain to Saxon England*. London, 1984.
- BARRACLOUGH, Geoffrey (ed.). *Atlas da História do Mundo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.
- BIRLEY, Anthony. *The people of Roman Britain*. Berkeley, 1980.
- BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma Antiga*. São Paulo: Art Editora/Círculo do Livro, s/d.
- BROWN, Peter. *El Primer Milenio de la Cristiandad Occidental*. Barcelona: Crítica, 1997.
- Cambridge Ancient History*. New York, 1924, vol. XII.
- CUVILLIER, Jean-Pierre. "A Urfamília Germânica: Povo, Clã, Casa". In: BURGUIÈRE, André, KLAPISCH-ZUBER, Christiane, SEGALIN, Martine e ZONABEND, Françoise (dir.). *História da Família 2. Tempos Medievais: Ocidente, Oriente*. Lisboa: Terramar, 1997, p. 23-41.
- DUBY, Georges. "A ruína do mundo romano: o Ocidente". In: PERROY; Édouard. *História Geral das Civilizações. Tomo III. A Idade Média. A Expansão do Oriente e o nascimento da civilização ocidental. 1º volume. Preeminência das civilizações orientais*. São Paulo: Difel, 1974, cap. I, pp. 13-35.
- DUFFY, Eamon. *Santos & Pecadores. História dos Papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- EDMONDS, Columba. "St. Gildas". In: *The Catholic Encyclopedia*, Vol. VI (consultado na Internet, Online Edition Copyright, 1999. <http://www.newadvent.org/cathen/06557c.htm>)
- FERRIL, Arthur. *A queda do Império Romano. A explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- FRÖHLICH, Roland. *Curso Básico de História da Igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.
- GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- GUICHARD, Pierre. "Conjugalidade e sexualidade na civilização paleocristã". In: BURGUIÈRE, André, KLAPISCH-ZUBER, Christiane, SEGALIN, Martine e ZONABEND, Françoise (dir.). *História da Família 2. Tempos Medievais: Ocidente, Oriente*. Lisboa: Terramar, 1997, p. 17-23.
- HEERS, Jacques. *História Medieval*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- JONES, Prudence e PENNICK, Nigel. *História da Europa Pagã*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.
- LACEY, Robert e DANZINGER, Danny. *O ano 1000. A vida no início do primeiro milênio*. São Paulo: Editora Campus, 1999.
- LEVICK, Ben. *Angelcynn. Anglo-Saxon Living History 400-900 AD. Home-page*. Endereço: <http://www.angelcynn.org.uk>
- MATTOSO, José. "O poder militar na Germânia primitiva". In: *História de Portugal. Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d.
- McEVEDY, Colin. *Atlas da História Medieval*. São Paulo: Editora Verbo / Edusp, 1979.
- MELEIRO, Maria Lúcia F. *A Mitologia dos Povos Germânicos*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- MORRIS, John. *The age of Arthur*. New York, 1973.
- MOURRE, Michel (dir.). *Dictionnaire de Histoire Universaille*. Paris, 1968.
- MUSSET, Luciano. *Las Invasiones. Las Oleadas Germánicas*. Barcelona: Editorial Labor S. A., 1967.

- NICHOLAS, David. *A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, Governo e Pensamento na Europa: 312-1500*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Os primeiros tempos medievais. Os reinos germanos*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988.
- PREVITÉ-ORTON, C. W. *Historia del Mundo en la Edad Media. Desde el Bajo Imperio Romano Hasta la Disolucion del Imperio Carolingeo*. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, S. A., 1967. Tomo I.
- TREVELYAN, G. M. *História Concisa da Inglaterra. Volume I*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- ZIERER, Adriana. *A História dos Bretões (c. 800) de Nennius e sua relevância para a construção do Mito do Rei Artur*. Texto inédito gentilmente cedido pela autora, apresentado na mesa-redonda “Testemunhos da Medievalidade” no *III Encontro Regional da Associação Nacional de História – Núcleo Espírito Santo - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)*, em dezembro de 2000.